

ATA N.º 2/2023

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2023:

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e vinte e três, no Agrupamento de Escolas de Peniche, Escola Básica de Peniche (EBI), sita na Rua Miguel Torga, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho (CHEGA), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD) e Marcelino Lourenço Pereira (PSD) reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período da ordem do dia:

Ponto Único - Carta Educativa do Município de Peniche:

a) Apresentação da Carta Educativa do Município de Peniche e participação da comunidade educativa;

b) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal.

2.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e sete minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor Henrique André da Silva Estrelinha (PS) compareceu no decurso da sessão, durante a apresentação da Carta Educativa do Município de Peniche e participação da comunidade educativa, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD) e Marcelino Lourenço Pereira (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Ana João dos Santos Lima (PSD) e Margarida da Silva Martins (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A senhora Natália Susana Colaço Rocha (PS) comunicou a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, sem substituição.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP),

Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Daniela Ramos Santos Ferreira (PSD), João André Carvalho Neves Silva (PSD), João André Carvalho Neves (PSD) e Jaqueline Machado Salvador (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Os senhores Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS) e Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP) saíram da sala após a votação do ponto dois da ordem do dia.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Manuel Quinta Martins Salvador (PSD) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

Estiveram presentes a Chefe da Divisão de Educação, Carla Carriço, e a Técnica Superior de Ciências da Educação, Sofia Estrela.

Esteve também presente a empresa Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO ÚNICO - CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE PENICHE:

A) APRESENTAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE PENICHE E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA;

A Assembleia passou à apreciação do ponto A) da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que a Carta Educativa do Município de Peniche é um documento de máxima importância para as nossas comunidades educativas, portanto, trata-se, naturalmente, de arrumar e de preparar a rede escolar para as novas realidades demográficas e até exigências do século XXI. Referiu que este é um documento que, basicamente, deve identificar as áreas de crescimento e os pontos de pressão que existem no nosso território educativo e ao mesmo tempo traçar as medidas de ação com vista, certamente, a um planeamento e ordenamento mais prospetivo que melhor responda aos desafios do nosso território educativo.

Lembrou, quando entrou na área do ensino, que havia um paradoxo interessante que esteve patente durante as duas últimas décadas do século XX, que era alunos a menos e escolas a mais, em territórios de muito baixa densidade, e por oposição há existência do contrário, alunos a mais e escola a menos em territórios de alta densidade, mas hoje, felizmente, o nosso território local e nacional está muito mais equilibrado e muito mais planeado neste sentido, daí a importância que este documento tem que constitui de facto uma ação de grande responsabilidade do poder local.

Cumprimentou a anfitriã, senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Peniche, Dra. Alexandra Grazina, a quem agradeceu a pronta disponibilidade para a realização desta sessão, num espaço escolar ajustado ao tema, assim como todos os presentes. Agradeceu aos funcionários da Escola Básica Integrada de Peniche que ajudaram a tornar possível a realização desta Assembleia Municipal. Cumprimentou, ainda, as instituições convidadas e presentes, assim como todos os munícipes presentes.

Disse que a apresentação da Carta Educativa ficaria a cargo da senhora Arq.^a Filipa Barreira e da senhora Dr.^a Susana Magalhães, consultoras da empresa Quaternaire, responsável pela construção da Carta Educativa.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Estão a terminar uma etapa que considera essencial, a aprovação da Carta Educativa, um documento complexo, mas também um instrumento de trabalho, que não é estanque, mas é orientador para a estratégia no município.

Agradeceu ao senhor Vereador Mark Ministro, do mandato passado, que iniciou o processo, ao setor da Educação e às técnicas. Agradeceu também o trabalho da equipa externa, a Quaternaire, que teve de procurar perceber o nosso território, o que se pretende em relação ao futuro. Adiantou que, logicamente, existem alguns aspetos, nomeadamente a evolução demográfica que, quer neste estudo quer em outros, normalmente é manifestado desacordo, independentemente daquilo que não se consegue evidenciar, essencialmente a questão do número da população, porque não é fácil referenciar alguns deles.

Deu conta que houve um debate interessante e importante do Conselho Municipal da Educação que foi enriquecendo e foi, também, essencial na votação do parecer final, que é importante, mas também o trabalho das equipas, a senhora Vereadora Ana Batalha, a Chefe de Divisão da Educação e os Técnicos da Área Social foram fazendo com as escolas e com outros parceiros da comunidade. Agradeceu a todos pelo empenho.

Indicou que para além do todo que é a Carta Educativa, não quis deixar de referir a importância que ela tem, em termos da definição da estratégia do município e entender a educação como uma prioridade, particularmente naquilo que é mais da responsabilidade do Município, da predisposição para a influência política, em relação a um conjunto de objetivos, considerando que esta deverá ser assumida como a primeira prioridade, não sendo a única prioridade, que tem como objetivo a renovação do parque escolar, com a exceção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, e isso é evidenciado na Carta Educativa. Adiantou que a Escola EB 1,2,3 de Peniche é a primeira prioridade e está a garantida a possibilidade de apresentar a candidatura e o seu financiamento, porque faz parte da lista que o Ministério da Educação negociou que tinha sido prometido anteriormente, e depois serão todas as outras mediante as possibilidades, nomeadamente e no segundo lugar dessa prioridade será a Escola Básica 2,3 de Atouguia da Baleia. Expressou que quando falaram no orçamento do programa para o Plano Diretor Municipal nos próximos dez anos e fala-se em quarenta milhões, não quis contestar, mas este valor não chega para esta frente de intervenção, mas isso depende das dinâmicas que o concelho consiga criar, que a gestão municipal consiga criar e influenciar para além do concelho de Peniche, mas também aproveitar as oportunidades, neste momento o Plano de Recuperação e Resiliência e depois o Quadro Comunitário 20-30, que já estão a

trabalhar e que terão de definir, depois de perceber quais as oportunidades do PRR, quais são as propostas ou as candidaturas que vão referenciar para essa aprovação.

Acrescentou que a assumir isso, poderia falar em nome de todos os autarcas do concelho de Peniche, de encarar estes objetivos e estas prioridades como sendo de todos, provavelmente um pouco tardio em relação àquilo que poderiam ter avançado, mas é o momento e não vale a pena olhar para o passado, interessa é olhar para o futuro que os obriga a trabalhar muito para procurar conseguir os recursos financeiros que são determinantes para fazer a renovação de todo o parque escolar do concelho de Peniche.

Consultoras da empresa Quaternaire, Susana Magalhães e Filipa Barreira:

Fizeram a apresentação da Carta Educativa.

Vereadora Ana Batalha (PS):

Disse que este momento assumia uma especial relevância para si, como Vereadora da Educação, mas também como professora no concelho, há mais de 30 anos.

Referiu que, de facto, esta é uma Carta Educativa assumidamente como um plano e um instrumento estratégico para os próximos dez anos, um plano que assume uma necessidade urgente e emergente de pudermos atualizar, renovar, reabilitar as nossas escolas, os nossos edifícios e equipamentos escolares, adequar àquilo que é a escola e a educação do século XXI, pois, atualmente a escola tem de permitir um conjunto de possibilidades que se prendem com a qualidade do espaço educativo que está diretamente relacionado com a qualidade do sucesso educativo e com as aprendizagens significativas, ou seja, pelo diagnóstico que foi apresentado. Aproveitou para reforçar e deixar um grande reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelas técnicas consultoras da Quaternaire, um trabalho muito exigente e sério, que partiu de um diagnóstico à situação do que se prendia, que dos nossos equipamentos escolares, quer face às necessidades demográficas, face à distribuição pelo território dos vários equipamentos da rede e das mobilidades associadas àquilo que é hoje o nosso território educativo. Referiu que quando assumiu o Pelouro da Educação estava iniciado e em desenvolvimento o diagnóstico que depois acabou por ser aprofundado e enriquecido e, de facto, hoje é um culminar de um processo, mas apenas um processo de plano estratégico, porque a Carta Educativa tem de ser assumidamente um documento inacabado, com dinâmica, relacionada com aquilo que é a transformação rápida que se vive nos dias de hoje quanto à evolução demográfica, quanto àquilo que são as necessidades e o contexto económico e social, e todo um conjunto de condições que interferem de forma cada vez mais rápida naquilo que são as dinâmicas, neste caso, o território educativo. Acrescentou que neste contexto, assumem, que a Carta Educativa tem de ser dinâmica e vai estar em permanente construção e, nesse sentido, está previsto anualmente, fazer uma monitorização com recolha de todos os elementos atualizados por forma a adequar em cada ano as necessidades de contexto e a necessidade de adequar aquilo que é a intervenção. Disse, ainda, que este processo foi validado pela Câmara Municipal, por unanimidade, e pelo Conselho Municipal da Educação o parecer foi favorável apenas com uma abstenção, a pronúncia da parte do Ministério da Educação, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), foi favorável, portanto, chegamos a este momento que é importante para todos, pois só se consegue assumir a educação como uma prioridade que deve ser assumida se todos estiverem com o mesmo objetivo e desígnio.

Expressou que esta Carta Educativa vem dar resposta precisamente às necessidades que foram diagnosticadas e, no caso dos nossos equipamentos e edifícios escolares viram qual é a situação, não respondem, à exceção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, tudo o resto necessita de atualização, intervenção e reabilitação.

Em relação à evolução demográfica, disse que já há alterações e já dispõem de números e indicadores: todas as turmas de pré-escolar estão lotadas no nosso concelho. Referiu que este diagnóstico, conforme foi indicado, remete-se até ao ano letivo 2020/2021, mas 2021/2022 e 2022/2023, já tiveram um aumento muito expressivo e significativo de procura, especialmente, dos níveis de ensino do pré-escolar e do 1.º ciclo. Mencionou que, o ano passado, na rede escolar, abriram uma sala de pré-escolar e este ano tiveram mais duas salas de pré-escolar, estão todas lotadas, logo, há necessidade, para a rede do próximo ano escolar, 2023/2024, a proposta que enviaram à DGESTE foi para abrir mais uma sala de pré-escolar e mais três salas de 1.º ciclo, uma em Peniche, uma em Ferrel e uma na Serra d'El-Rei.

Deixou um agradecimento por todo o trabalho que a Divisão de Educação fez, naquilo que foi a articulação coma Quaternaire e com as consultoras durante todo este processo.

Catarina Jorge, Representante dos pais da sala 2 do Jardim de Infância da Prageira:

Saudou a elaboração da Carta Educativa, renovada, porque a anterior realmente era antiga, 2007-2021, muito desadequada, no entanto, pretendia expressar a sua preocupação em relação a vários pontos.

Referindo-se à escola da Prageira, perguntou o que iria acontecer aos alunos durante a requalificação das instalações e, até que haja essa requalificação, o que vai acontecer aos equipamentos que se encontram degradados e perigosos naquelas instalações. Fez referência a um escorrega que está delimitado, para que não seja usado, por uma faixa e uns blocos de cimento, e para além disso o piso está muito irregular, e não está a dizer que existam equipamentos até que a Carta Educativa se implemente naquela escola, mas, pelo menos, os que lá estão sejam retirados ou reparados, para que o perigo não exista.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao escorrega, está mapeado, estão a ser desenvolvidos procedimentos para aquisição dos materiais, mas de momento não conseguia fazer o ponto de situação, de qualquer forma a sugestão de retirar é pertinente e agradeceu o alerta.

Quando houver necessidade em desativar aquela escola, em cada momento vão ter de analisar e decidir em conformidade, ou seja, neste momento a grande preocupação é planear. Referiu que a escola da Prageira seria a primeira a ser intervencionada, as questões logísticas não são fáceis, mas o que está a ser analisado é se a aquisição de contentores pode ser suportada ou não pela candidatura, mas ainda não obtiveram resposta a esta questão, mas se for favorável provavelmente é uma solução para parte do problema, no entanto, não há renovação do parque escolar sem resolver alguns problemas de gestão, temporários, de algumas das escolas. Referiu que, mesmo sendo um grande problema, seria ótimo se conseguissem intervir na renovação do parque escolar em quatro ou cinco escolas ao mesmo tempo.

Relativamente ao objetivo para a escola da Prageira, provavelmente, os pais não poderão pensar que os professores e os meninos permaneçam na escola durante a renovação dos dois edifícios e ampliação de outro. Disse, ainda, que teriam de decidir e preparar uma transição para as salas disponíveis, assegurando naturalmente, quando for necessário, o transporte e o acompanhamento, pois estes são problemas que a Câmara Municipal terá de enfrentar, porque previamente isto nunca foi pensado, a mesma coisa acontece com as dificuldades que sucessivamente vão tendo em relação aos refeitórios e às refeições, têm de se ajustar e melhorar de uma forma progressiva. Indicou que o Chefe da Divisão de Obras Municipais esteve a fazer a avaliação daquilo que o setor da educação lhe passou e o alertou para que visse as prioridades, pois o município não tem capacidade para fazer tudo o que é pedido, nem sequer em termos de procedimentos, porque isto é um mundo. Recordou que as primeiras faturas, depois da transferência de competências, que lhe surgiram foram: da Escola Secundária de Peniche, cerca de quatro mil euros em lâmpadas, e da Escola D. Luís de Ataíde, um valor idêntico, mas se olharem para todos o parque escolar percebem. Alertou que o município com a dimensão do de Peniche tem muitas dificuldades, tem um parque habitacional que tem que corresponder permanentemente, já tinha um parque escolar muito exigente, que não foi renovado como poderia ter sido com escolas novas, mas agora teriam de, em cada momento, procurar antecipar os problemas nas adaptações. Acrescentou que quem coordena tem de começar a prever, em termos de planeamento, de plano de atividades e de orçamento, até setembro do ano anterior, para que o município possa fazer os documentos durante os meses de setembro, outubro e novembro, para poder gerir. Referiu que, em termos de números reais, o orçamento da Câmara Municipal andarà pelos vinte e dois milhões de euros.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

O senhor Presidente da Câmara fez uma afirmação que vai ao encontro daquilo que ele próprio referiu, há algum tempo, sobre o orçamento real da Câmara Municipal e, na sua opinião, fez bem dizê-lo, porque aquele é o valor real. Referiu que se há coisa que devem dizer há comunidade educativa é que o processo de transferência de competências na área de Educação para os Municípios é mau, por todas as razões. Primeiro, porque fazer transferência e competências é preciso ser sério quando se transfere para os municípios, ou seja, aquilo tem de corresponder a um valor real daquilo que são as competências, e aquilo que foi transferido para os Municípios não corresponde ao valor real e os municípios vão começar, cada vez mais, a dizer aquilo que foi dito, aquando da discussão deste assunto, e aquilo que o senhor Presidente da Câmara acabou por dizer e reconhecer, e bem.

Tendo sido o responsável pela sua elaboração da Carta Educativa, finalmente tinham a revisão na fase final, e recordou que Peniche e Bombarral foram os últimos concelhos do Oeste a ter a Carta Educativa pronta. Relembrou que foi das primeiras decisões que teve em mãos e percebeu, de imediato, que se tratava de uma matéria interessante, mas, simultaneamente, difícil, porque estão a lidar com alguém que tem a capacidade de dizer sim, não ou não, que foi o que fez, porque se tiveram a Carta Educativa aprovada na Assembleia Municipal, no dia 16 de dezembro de 2007, ela foi promulgada pela Direção Regional de Educação, em 30 de maio de 2008, e o que está, em termos de investimento, foi aprovado pela Direção Geral de Educação, com a chancela

do Ministério da Educação, e se os investimentos que estavam previstos eram o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, Centro Escolar de Peniche, o Núcleo Escolar de Ferrel, o Núcleo Escolar da Serra d'El-Rei, entre outros, mas quando chegou à fase da apresentação de candidaturas foram todos reprovados, e esta é que é a contradição, porque participaram numa reunião, em Coimbra, em 29 de novembro de 2022, sobre este tema e, na altura, a terminologia do programa comunitário não se chamava 2030 era QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, e o prazo das candidaturas terminava a 31 de dezembro de 2007 e a Câmara Municipal de Peniche apresentou oito projetos de candidatura que passou a citar: «*Centro Educativo de Atouguia da Baleia, EB1 n.º 5, EB1 n.º 3, EB1 de Lugar da Estrada, Jardim de Infância de Geraldês, Núcleo Escolar de Ferrel, Núcleo Escolar de Serra d'El-Rei e Centro Educativo de Peniche*», foram todos reprovados, e esta é que é a realidade. Expressou que não tem dívidas nenhuma que os anseios, legítimos, de quem gere hoje a Câmara Municipal e de quem está hoje no executivo municipal é cumprir o plano que apresenta a todos e que está em discussão, e todos querem ficar associados a uma Carta Educativa.

Apesar de tudo isto, na CDU têm muito orgulho do que fizeram na Educação e não admitem politicamente que lhes digam que as escolas hoje não têm condições, as escolas hoje têm muitas insuficiências e muitas necessidades. Partilhou que quando chegou à Escola n.º 3 e à Escola n.º 5 teve vergonha, porque quando inauguraram as duas escolas, reabilitadas, foi essa a opinião da comunidade educativa, do Agrupamento de Escolas e dos Encarregados de Educação, mas quando reabilitaram a Escola do Filtro, a Escola da Prageira e a Escola da Bufarda foi a mesma coisa, mas quando olham para as escolas, uma coisa são as obras que se fazem na época, depois têm de ter manutenção. Mencionou que foi feita uma reabilitação total na EB do Filtro e Jardim de Infância novo do Filtro, EB1 da Bufarda e Jardim de Infância novo, e é uma vergonha não estar na Carta Educativa, pois são construções novas que a empresa omitiu, mas, aquando da discussão do parecer da Carta Educativa em Atouguia da Baleia, chamou à atenção para esta situação. Disse, ainda, que foi feita a reabilitação do Jardim de Infância da Colónia Balnear, alargamento e reabilitação do Jardim de Infância de Geraldês, e fizeram intervenções minimalistas em escolas que sabiam que iriam fechar, e deu como exemplo: Casais Brancos, Reinaldes, Casal da Vala que tinha tido uma intervenção significativa aquando da presidência do Partido Socialista na Câmara Municipal. Referiu que aquilo que a CDU fez, e bem, porque a escola foi fechada pelo Governo, foi transferir o Jardim de Infância, que funcionou vários anos no anexo da Associação do Casal Moinho, para aquela escola digna, o mesmo relativamente ao Lugar da Estrada.

Muitos dos presentes andaram nas escolas do 1.º ciclo de Peniche, ele próprio andou na Escola do Alemão, mas antes andou na Escola do Filtro, e as balizas eram duas pedras, mas dezassete anos depois elas foram objeto de intervenções com polidesportivos, parques infantis, horta pedagógicas, etc.

Sobre o ensino especial, foi uma prioridade, e um outro aspeto que para a CDU é relevante, e ainda bem que esta revisão não foi noutro sentido, que é manter os Agrupamentos de Escola e, naturalmente, a Escola Secundária de Peniche. Indicou que isto foi sempre uma reivindicação da comunidade educativa que envolveu sempre a Câmara Municipal.

Considera que existem outras questões, pois não deveriam apenas discutir as questões que têm que ver com as paredes das escolas, mas também outros aspetos que para a CDU são projetos importantes. Recordou a questão das refeições escolares, que

foram referidas pelo senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, e no ano em que a CDU saiu serviam cento e vinte mil refeições por ano, portanto, isto significou um investimento na ordem dos trezentos mil euros por ano, e esta é a questão fundamental, porque podem ter as escolas mais bonitas, mas se tiverem crianças que não têm a barriga cheia elas não aprendem, logo, tem de se continuar a insistir nisto. Chamou à atenção que é necessário apostar na educação e relativamente à alimentação é importante a fruta escolar, habituar as crianças a comer frutas diferentes, as bolsas de estudo para os estudantes do Ensino Superior também foi uma iniciativa da CDU e considera que este tipo de investimento da Ação Social Escolar é importantíssimo.

Na sessão da Assembleia Municipal em que discutiram o parecer, houve uma abstenção, a do próprio, por uma razão objetiva, o conteúdo do documento foi-lhe enviado na véspera da sessão e o que disse na declaração de voto foi que não tinha condições para ter outro sentido de voto, porque não tinha tido a oportunidade de falar com os outros Presidentes de Junta de Freguesia, e não ficou bem não se ter realizado uma única reunião com cada uma das Juntas de Freguesia sobre este processo, pois as Juntas de Freguesia deveria ter sido envolvidas, porque são parte ativa da comunidade educativa e mereciam essa atenção, que não foi dada, em termos de elaboração desta revisão da Carta Educativa.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Referiu que achou interessante a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, porque a história da educação faz-se exatamente deste tipo de intervenções, porque, naturalmente, todos têm memória curta, e é bom que todos tenham conhecimento que nada na educação é fácil e são necessárias muitas gerações para que o processo educativo, nos territórios educativos, se alterem profundamente, e é da luta de cada um dos autarcas, de cada Presidente da Junta de Freguesia e Presidentes de Câmara que se faz a educação local e num país, portanto, louvou e enalteceu o esforço que foi feito no mandato do senhor António José Correia, em que Vereador da Educação era o senhor Jorge Amador, pelas dificuldades relatadas, e quem anda na educação sabe que é tremendamente difícil atingir determinado número de objetivos pelos quais hoje lutam. Referiu que, naturalmente, hoje foi possível a realização desta Carta Educativa, porque anteriormente houve outras Cartas Educativas, outras pessoas com outras ideias e outro tipo de esforço.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

Gostaria de começar por dizer que hoje é um dia feliz, porque depois de alguns anos vão ter uma nova Carta Educativa e, nesse sentido, fez votos para que a próxima Carta Educativa não seja tão espaçada no tempo. Deu os parabéns ao Executivo e aos serviços do município, ao Conselho Municipal de Educação, de forma geral, a toda a comunidade educativa do concelho de Peniche.

Depois de analisar o estudo apresentado ficou com a certeza de que é preciso intervir rapidamente no parque escolar. Referiu que um dos símbolos dessa necessidade de intervenção é o espaço desportivo interior da Escola Básica Integrada 1,2,3 de Peniche que não corresponde às exigências, e para que esta situação não continue e não seja apenas um conjunto de intenções, o executivo camarário tem de definir a educação como a grande prioridade municipal, até porque pode ser uma das grandes oportunidades em

termos de quadros comunitários de apoio.

Ainda sobre o estudo, perspetiva-se uma diminuição da população em algumas freguesias e as consequências que tem no reajustamento do parque escolar, aliás, os censos de 2021 são a prova, mas acredita que terão um acréscimo da população em todas as freguesias do concelho tendo em conta o desenvolvimento económico que podem vir a verificar num curto prazo, nomeadamente na cidade de Peniche, mas é apenas a sua convicção.

Seria bom que, na próxima Carta Educativa, pudessem constatar que terão um parque escolar com as condições dignas para os alunos e possam estar completamente focados nos motores de desenvolvimento, nos novos métodos de ensino, na inclusão social, na diminuição das desigualdades e na irradicação da violência psicológica e física, porque as escolas devem ser locais de bem-estar, de socialização e de disponibilidade plena para a aprendizagem.

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche vai votar favoravelmente esta proposta.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que:

Gostaria de agradecer à empresa que elaborou o estudo, um documento estratégico, um instrumento de trabalho que deve ser utilizado e pensado sempre a longo prazo. Agradeceu também ao Setor da Educação, às escolas e a tudo o que criou mais valias a este estudo.

Salienta a questão estrutural, que está adjacente a todo o estudo, e quando fala em questão estrutural refere-se à questão dos edifícios, toda a manutenção e reabilitação, e a questão dos resultados escolares concelhios que são inferiores aos nacionais no ensino secundário, e também pais e/ou encarregados de educação pouco envolvidos e participativos na vida escolar. Referiu que na análise verifica que no ensino básico existem associações de pais, no entanto, no secundário não existem, ou seja, no último degrau de acesso ao ensino superior não existe associação de pais, pelo que deixou o desafio à comunidade escolar para um maior envolvimento nesta situação, porque este é o salto que é importante dar para futuros autarcas, porque a educação é a base de tudo. Mencionou que um ponto fraco diz falha no sistema de comunicação com os serviços municipais de educação, falta de respostas ou respostas tardias, portanto, é isto que se quer acima de tudo evitar e é isto que se quer que uma Carta Educativa venha resolver.

Quanto aos restantes aspetos, é uma visão a 2026-2030, estamos em 2023 e a Carta Educativa é de 2007, ou seja, num documento que se quer dinâmico e que deve ser monitorizado de cinco em cinco anos, ficámos com uma Carta Educativa de 2007 a 2023, completamente obsoleta, e percebe a questão dos louros, mas uma coisa é iniciar, outra coisa é continuar, e isto fez-se em 2007, depois parou, por outro lado, gostaria de perceber a razão de, na altura, os projetos terem sido reprovados. Acrescentou que, em 2023, sabe que está feita a revisão da Carta Educativa e espera que, efetivamente, este seja um documento de trabalho diferenciador para a comunidade educativa em Peniche.

Luís Almeida (PSD):

Disse que:

Neste momento não tem envolvimento com o ensino, mas já teve, e tem consciência de que as questões do ensino exigem um investimento que é uma tarefa

sempre impossível de concretizar totalmente e uma tarefa evolutiva e complicada.

Agrada-lhe o facto de haver a preocupação de concentração, porque, certamente, ela vai obrigar a menores custos de manutenção e, potencialmente, pode fazer com que os Campus e os níveis de ensino estejam o mais juntos possível permitindo aos alunos ter o refeitório, os computadores, etc., ou seja, a concentração, na sua opinião, pode potenciar melhor qualidade de ensino, mas este é um objetivo, pois se em 2023 estamos a dizer 2026 - 2030, será um objetivo para daqui a 15 anos, agora, é muito interessante estar a discutir este tema para planear o futuro e o dinamismo parece fundamental.

Há um aspeto que o preocupa, pois não sabe se o ensino profissional deveria estar na Carta Educativa, mas, caso deva estar, deveria ter um pouco mais de realce, porque na realidade da comunidade de Peniche parece-lhe que o ensino profissional, em alguns casos significativos, concretamente o Cenfim e o Forpescas, está demasiado marginalizado o que faz com que os alunos, que procuram este tipo de ensino por terem dificuldades, sejam tratados de forma indiferente, e quando se pensa em desativar a Escola do Alemão poderiam ponderar colocar estes dois projetos, pois ficariam numa lógica de campus, perto do ensino secundário que, por sua vez, já tem o Qualifica, ou seja, parece-lhe que havia alguma lógica de juntar o ensino profissional com o último nível do ensino secundário.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

Veio pouco preparado para esta Assembleia Municipal, porque a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia nunca foi contactada para a elaboração da revisão da Carta Educativa, e desconhece se o seu antecessor, na altura, foi contactado. Recordou que, aquando da aprovação da Carta Educativa de 2007, era o representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação e teve a sensibilidade de contactar todos os Presidentes de Junta no sentido de se elaborar um parecer que se juntou à Carta Educativa de 2007. Referiu que, na sua opinião, a Carta Educativa está bastante atualizada, e já se falou nesta Assembleia Municipal que o Centro Escolar de Atouguia da Baleia em termos de ocupação está nos 85%, mas, na sua opinião, está a mais de 100% atualmente, portanto, precisa de ampliação, porque há crianças que poderiam frequentar o Centro Escolar de Atouguia da Baleia e estão a ir para outras escolas.

Relativamente ao Centro Escolar de Geraldês, foi referido que a Câmara Municipal tem terrenos que não sabe se são junto ao Jardim de Infância ou juntas das atuais instalações da Escola Básica de Geraldês.

Em relação ao encerramento da Escola da Bufarda, nunca foi contactado e não sabe até que ponto é favorável o seu encerramento.

Iria abster-se na votação, porque não está em condições de votar favoravelmente esta nova Carta Educativa.

José Monteiro (CDU):

Disse que:

Esta sessão é importante, porque se trata de discutir e aprovar um documento estruturante, no que diz respeito a estratégia a seguir, modelo orientador a executar para a educação de estrutura e modelos de ensino às efetivas necessidades da comunidade educativa, por isso, é importante ter este documento, a segunda geração da Carta

Educativa, normalmente num horizonte de 10 anos, em que a última teve um horizonte temporal superior, obviamente que, até pelo que já se ouviu, muito provavelmente ela é de 2021, pelo que estando em 2023 diria que em 2030 ou 2031 não haverá outra Carta Educativa. Indicou que o importante era discutir o documento que é e deve ser dinâmico, aliás, nesta revisão da Carta Educativa prevê-se essa mesma monitorização e avaliação, e é importante que ela seja feita por todos, incluindo as escolas, os agentes educativos e os autarcas.

A análise que foi feita é importante, no sentido do diagnóstico, que constituiu o ponto de partida para a fase seguinte, a construção de uma estratégia para a educação no concelho de Peniche, num horizonte temporal de 10 anos.

No ponto que diz respeito às propostas de reordenamento educativo, apraz-lhe dizer que no que é referido relativamente ao investimento no ensino, na formação, na formação profissional, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida através de desenvolvimento das infraestruturas de educação e ensino e específica que se deve qualificar, modernizar instalações escolares e de formação, e tudo isto tem que ver com o programa Operacional 2020, 2030 e, também, o 21-27, um programa operacional que aponta para as intervenções em infraestruturas.

Existe um outro ponto relativo aos oito eixos estratégicos onde se enquadra a estratégia de desenvolvimento económico e social do país para os próximos 10 anos, e importa salientar o eixo dois, que pensa ter a ver com o programa operacional da Região Centro, qualificação, formação e emprego como objetivo prioritário. Adiantou que isto o leva a um outro ponto que tem que ver com o Plano Estratégico Educativo Municipal, volume II, e este plano também se define como um instrumento de conhecimento, pelo que questionou se poderia designar-se por Projeto Educativo Municipal, e sendo assim, perguntou se não seria importante articulá-lo com outros projetos educativos das escolas e agrupamentos, ou seja, seria importante que este projeto comungasse dos projetos educativos existentes nas escolas e houvesse uma maior articulação entre os vários níveis de ensino. Indicou que esteve muito ligado à questão da formação e da educação de adultos e sendo a educação e formação ao longo da vida um dos objetivos julga que teria de resultar da ação de todos os agentes do território, e aqui seria importante não se ficar apenas pelos agentes educativos, pelos professores e pelos funcionários, este documento estratégico deveria refletir um pouco o conjunto das políticas municipais inovadoras, pois, na sua opinião, a autarquia, através da Carta Educativa, poderia desempenhar um papel de articulador e de mediador entre os vários intervenientes ajudando a criar um plano de intervenção estratégico que maximize recursos, amplie o efeito da rede e minimize dissonâncias.

Indicou que poderia haver uma Carta Educativa, uma linha conjunta, mesmo que apontasse para estratégias fulcrais, tanto para agrupamentos como para a Câmara Municipal, onde ficasse bem definido o papel de cada um, ou seja, tem muito que ver com a oferta educativa para que as empresas, o tecido empresarial, pudessem articular-se com o instrumento de ensino na busca de recursos humanos qualificados. Adiantou que o ensino profissional nem sempre está adequado àquilo que são as necessidades reais do tecido empresarial, tecido económico do concelho de Peniche e também a requalificação dos ativos, esta articulação entre as várias entidades, autarquia, escolas e o mundo empresarial seria importante que pudesse haver uma maior sintonia entre estes três agentes.

Ainda relativamente ao reordenamento educativo, não iria questionar as escolas

que encerram, outras que reabrem, novos centros escolares que irão surgir, o de Geraldês nomeadamente e a nova escola da D. Luís de Ataíde, e as suas preocupações têm que ver com o facto de quando se executar a requalificação, seja de que espaço for, onde irão colocar os alunos e como funcionar com qualidade nesse sucesso educativo.

A questão do sucesso educativo também o preocupa, embora conheça claramente a situação, tal como o abandono escolar e a taxa de sucesso, que ainda é muito elevada para este concelho, há que fazer alguma coisa para diminuir esses pontos fracos que foram evidenciados na análise feita pela equipa.

Quanto ao programa de execução, para além das preocupações de ocupação do espaço, há também preocupações financeiras e o senhor Presidente da Câmara já o referiu. Julga ter lido que os encargos, na primeira fase, são vinte e cinco virgula dois milhões de euros e, evidentemente, que garantir tudo isto, ninguém o poderá fazer.

O novo Centro Escolar de Geraldês é consensual.

Na requalificação da Escola Secundária de Peniche, perguntou quais eram as principais áreas a ser intervencionadas, pois leu que seria o telhado, a caixilharia, entre outros aspetos, e gostaria de saber se o pavilhão seria contemplado. A EB1 e outras que irão encerrar, por razões óbvias, mas a Escola Velha, por ser uma escola com algum carinho e alguma emoção no concelho, poderá ter-se em conta o seu reaproveitamento, apesar de todas as outras escolas serem também importantes.

Dina Carvalho (CHEGA):

Disse que:

Nas escolas por onde tem passado custa-lhe ver a degradação dos espaços e perceber até que ponto a degradação dos espaços influi na disponibilidade, na capacidade de ensinar e na disponibilidade que os alunos têm para aprender e para estar motivados.

Referiu que, para si, hoje também era um dia feliz e voltaram a esta escola talvez para inverter a tendência que se tem verificado, não pelo municípios que não tinham estas competências, mas pelo “desprezo” que o Ministério da Educação e o país têm dado à educação nos últimos anos, e é lamentável, porque todos os professores, pais, alunos e auxiliares dão muito do seu esforço para que as coisas funcionem e para continuarem a ser felizes na escola, mas se puderem ter mais algumas facilidades, mesmo que para isso tivesse de fazer alguns sacrifícios mudando de espaço, afastando-se das obras, alertar os alunos para os perigos das obras, terem pequenos desconfortos é por um bem maior, porque a educação é um bem maior, é uma causa maior e todos têm de fazer sacrifícios para poder ter qualquer coisa de bom na vida.

A Carta Educativa no início, enquanto professora, a deixou com algumas questões existenciais, mas hoje está tranquila, porque sabe que vão respeitar os espaços de cada um, vão saber gerir as questões e articular-se, cada um com as suas competências, para dar o melhor que puderem para o concelho e para as crianças do concelho poderem ter uma educação sem sobressaltos e serem felizes.

Referiu que é preferível trabalhar em prol da comunidade através da implementação de um plano estratégico, do que assistir à morte lenta do ensino no concelho e no país, porque todos têm um objetivo comum que é melhorar a qualidade da educação, não só nos meios, mas também nos resultados. Acrescentou que têm sido todos muito resilientes e talvez tenha chegado o momento, mesmo sabendo que estão dependentes de financiamento, mas o pouco que forem conseguindo melhorar será uma

melhoria para a vida de todos e irão usufruir todos desse benefício.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

A carta educativa foi promulgada a 16 de abril de 2007, dez anos é muito tempo, e se fosse cumprido o prazo deveria ter sido iniciada a revisão no dia 17 de abril de 2017.

Não é verdade que não houve monitorização da Carta Educativa, foi feita todos os anos e o responsável por essa monitorização era o senhor professor Raúl Santos, feita com os Agrupamentos de Escola, com a comunidade educativa.

Relativamente aos investimentos, estão todos de acordo com os investimentos e todos irão estar bem atentos aos investimentos que estão previstos e aos que vão ser executados, e não se pode misturar as coisas dizendo que a Escola Básica Integrada de Peniche deveria ter determinada coisa, que a Escola de Atouguia da Baleia deveria ter um pavilhão reabilitado, etc., porque essas competências nem sequer eram da Câmara Municipal, eram do Ministério da Educação, ou seja, estas escolas não faziam parte das competências do município, mas são necessárias e depois terão de ver a sua execução, assim como o grau de execução de todo o investimento, que todos desejam.

Sobre a Escola Secundária de Peniche, se deveria dizer a verdade, ela teve uma requalificação, houve uma parte que foi objeto de uma grande intervenção e, naturalmente, como todas as escolas, dez anos é um prazo muito dilatado e quando acaba a intervenção tem de se começar outra, e também não era responsabilidade da Câmara Municipal, era do Ministério da Educação.

Gostaria de deixar duas discordâncias, relativamente à linha de encerramentos de escolas, pois não concorda com o encerramento da Escola do Filtro nem com o encerramento da Escola da Bufarda, porque estas duas escolas tiveram um investimento fortíssimo, com fundos do Estado Português, na ordem de trezentos mil euros cada uma. Indicou que no caso da Escola do Filtro foi feito um Jardim de Infância e no caso da Bufarda a mesma razão. Percebendo a linha, que é fechar a Bufarda e junta a Geraldês, julga que não havia necessidade de encerrar esta escola, daí deixar a sua opinião desfavorável relativamente a essa solução.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse que:

Não poderia deixar de saudar a escolha da data, uma vez que hoje é o Dia do Estudante, e sem estudantes não há educação, sejam jovens ou menos jovens.

Enquanto pai e encarregado de educação uma das suas principais preocupações é o futuro dos filhos, e com o avançar da idade a preocupação e a idade é uma coisa que caminha sempre numa reta crescente, e como acredita que educar é preparar o futuro, um documento como a Carta Educativa é um documento inacabado pela constante evolução que a sociedade está a ter, em vários níveis, quer seja tecnológico ou sociológico. Disse, ainda, que as necessidades do seu tempo de estudante no 1.º ciclo e até mesmo no ensino superior eram completamente diferentes das necessidades de hoje. Referiu que o mercado de trabalho era diferente do de hoje e a Carta Educativa deve prever toda essa evolução e nunca esquecer que o mercado de trabalho tem de fazer parte deste documento e também da evolução da sociedade, porque a escola do futuro é uma responsabilidade de todos, quer sejam autarcas ou comunidade educativa, onde os professores e os assistentes operacionais têm um papel ativo no dia a dia com os alunos,

mas os pais encarregados de educação também não se podem desresponsabilizar e empurrar a responsabilidade para os professores, escolas e autarcas, porque os pais e encarregados de educação têm de estar no centro e fazer parte desta solução e nunca esquecer que o aluno deve estar ao centro.

A envolvimento de todos é fundamental e se não desenvolverem todos um documento destes também nunca vai enriquecer, será sempre um documento pobre, porque estes documentos só enriquecem com todos. Percebe que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia queiram ser ouvidos e, na sua opinião, no futuro deve ser prevista essa situação, porque todos têm direito e têm opinião, mas provavelmente não foi fácil por correr contra o tempo, no entanto, a preocupação de todos é a mesma.

Comungava da mesma preocupação do senhor Deputado Luís de Almeida, porque não pode haver ensino de primeira, ensino de segunda e ensino profissional não pode ser esquecido, porque há necessidades para o ensino profissional. Adiantou que Peniche é um concelho de turismo e com o Campeonato do Mundo de Surf tiveram milhares de pessoas no concelho, ou seja, todas as atividades ligadas à hotelaria e afins tem de ter mão de obra qualificada, e essa mão de obra não vem do ensino normal, vem do ensino profissional, pois o ensino deve ser adaptado às necessidades.

Uma das suas preocupações tinha que ver com o pacote financeiro, porque o Governo Central nos últimos 30 anos não teve verbas para grandes investimentos no concelho de Peniche e ao empurrar todas estas responsabilidades são os municípios que têm de arranjar orçamento, mas o Governo Central não se pode desresponsabilizar porque passou esta matéria para as autarquias, e aí é obrigação dos autarcas exigirem que os pacotes financeiros sejam ajustados à realidade, pois deixaram passar estes anos todos sem investimentos e quanto mais anos passarem maior será a necessidade de investimento, e se a educação é a paixão de todas as forças políticas que estão no Governo, este não se pode esquecer que ao passar para os municípios, estes não podem ser o parente pobre.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que a monitorização é feita e se algo estiver diferente e se algo tiver necessidade de mudar é para aplicar, portanto, se foi feito anualmente quer dizer que até ao fim do mandato estava tudo normal, não foi necessária ser revista.

Recordou um documento, de fevereiro de 2009, e em 2011 houve sensos, com certeza já existiam dados de panorama educativo que eram diferentes de 2001, mas a monitorização estava normal. Mencionou que o documento de fevereiro de 2009 dizia o seguinte: *“No lançamento do processo de trabalho, considerou-se a necessidade de desportos instrumentos orientadores de ação municipal de médio e longo prazo, que resultassem no exercício de reflexão estratégica centrada nas perspetivas de desenvolvimento futuro do concelho. De forma a responder à pergunta, que Peniche queremos e que consideramos viável ter nas próximas duas décadas.”* Referiu que este é um documento, quase uma enciclopédia, é a famosa Carta Magna 2025 que, em relação à Educação, em 321 páginas tem 25 palavras, e as 25 palavras resume-se a duas folhas a falar de Educação como documento estratégico.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que:

Não ficou satisfeita em relação à falta de *feedback* do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, enquanto representante no Concelho

Municipal de Educação, aos outros Presidentes de Junta de Freguesia, no entanto, já percebeu o motivo de não o ter feito.

Gostaria de saber a razão de esta Carta Educativa ir buscar dados aos censos de 2011, uma vez que em 2021 houve censos e houve muitas alterações, nomeadamente na Freguesia de Peniche.

Esteve recentemente numa reunião sobre Educação e é facto que 60% das crianças que estão hoje no primeiro ciclo, terão uma profissão que ainda não existe atualmente.

Estão a falar de obras, escolas, milhões, e pessoalmente gosta de obras, mas estão a falar muito de *hardware*, ainda não viu explicado no documento o *software*.

Concordava cem por cento com a senhora Vereadora Ana Batalha quando diz que é um projeto inacabado.

Lamenta que a EPAV - Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, o Cenfim e o For-Mar não fossem tidos em consideração, para aqueles que não simpatizam com a escola, para os meninos que não têm meios, que vão para escola de barriga vazia, porque o pai é pescador e a mãe é conserveira, elas são pessoas e são meninos, e essa parte não foi falada.

Relativamente aos ATL - Atividades de Tempos Livres, na sua opinião, faz parte da Educação, a ocupação dos tempos livres que ainda não ouviu ninguém falar e que é muito importante, porque existem vários tipos de atividades de tempos livres, sejam IPSS ou particulares, e pensa que tem de ser um pouco misturado, porque cada vez mais, com o pai e a mãe a trabalhar, há necessidade de prolongamentos de horário, ATL, e todas as ligações têm de ser possíveis neste campo, quer nas Escola Básica, Escolas Secundária, segundo e terceiro ciclos ou as Escolas Profissionais que não foram tidas em conta.

Da parte da Freguesia de Peniche irão ter respostas adequadas, eventualmente pela empresa que projetou este estudo.

Vereadora Ana Batalha (PS):

Disse que:

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, sobre não ter sido consultado em relação à Carta Educativa, a recolha inicial para o diagnóstico teve como critério a metodologia da própria consultora. Referiu que após o diagnóstico houve uma consulta pública, da qual resultaram muitos contributos da comunidade educativa para a Carta Educativa que acabaram por ser integradas e analisadas pela equipa.

No Concelho Municipal de Educação, onde estão representadas as Juntas de Freguesia, através do senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, o documento foi enviado atempadamente para todos, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei apenas alertou que não conseguia abrir o documento na véspera e de imediato foi reenviado o documento da Carta Educativa, ou seja, o facto de o ter dito que só recebeu na véspera foi porque talvez só o tenha aberto naquela altura, portanto, se tivesse havido essa consulta prévia, atempada, de partilha com os outros Presidentes de Junta, provavelmente não estavam a discutir este assunto.

É professora há muito tempo no Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia e considera ter um conhecimento bastante profundo daquele território educativo que abarca o Agrupamento de Atouguia da Baleia. Referiu que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, discorda com a Carta Educativa, nomeadamente, porque o Centro Escolar de Atouguia da Baleia já está lotado, que é

verdade, e considera que deveria estar previsto o alargamento do Centro Escolar, porém, o Centro Escolar está lotado, porque está a acolher muitas crianças que vêm de outras localidades, porque os encarregados de educação perceberam que aquela escola tem as valências que são hoje as que se exige. Adiantou que é um centro escolar de primeiro ciclo, pré-escolar que tem refeitório, salas polivalentes, tem espaço exterior adequado para as crianças poderem brincar, tem um espaço para educação física, ou seja, valências que hoje a escola a tempo inteiro faz com que sejam necessárias e este acabou por dar resposta àquilo que é a linha e o objetivo da Carta Educativa, fazer com que todas as crianças tenham essas condições.

Os Centros Escolares representam precisamente a maximização e a rentabilização de recursos, equipamentos, espaços e também recursos humanos que traz uma mais-valia para que futuramente todas as escolas tenham as mesmas condições que o Centro Escolar de Atouguia da Baleia. Mencionou que o Centro Escolar de Atouguia da Baleia está, atualmente, esgotado, porque tem crianças de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de todas as outras freguesias da zona rural, e quando essas localidades tiverem escolas e centros escolares com as mesmas condições, passará o Centro Escolar de Atouguia da Baleia a acolher apenas crianças da vila e deixará de estar lotada.

Em relação ao passado, é importante o histórico, a história faz-se com fontes e com factos e há sempre perspetivas da interpretação da história. Indicou que se correu tudo tão bem, por que razão Peniche, comparativamente com concelhos vizinhos, não tem já um território com todos os centros escolares e equipamentos, ou seja, têm de pensar naquilo que correu mal, porque num processo devem sempre avaliar, pois é na avaliação que podem e devem depois corrigir, redirecionar e planear de maneira diferente, e os projetos que foram para candidatura poderiam eventualmente não ter maturidade suficiente ou poderiam não estar completos o suficiente para serem aprovados, mas é importante fazer a avaliação.

Uma das prioridades é focarem-se para a concretização da Carta Educativa, e neste momento estão a preparar-se para que no próximo mês de abril possam submeter candidatura para o alargamento e a reabilitação da Escola Básica Integrada 1,2,3 de Peniche. Deu conta que já estão a preparar o plano seguinte e o projeto seguinte do que foi considerado pelo Ministério da Educação escolas de intervenção prioritária, que é também a Escola Básica 2,3 de Atouguia da Baleia que, há muito tempo, está sobrelotada, não há nenhum canto da escola que não tenha sido adaptado para salas de aula ou salas de apoio, e realmente este estudo, esta Carta Educativa e o trabalho das técnicas teve em conta o número de alunos, as áreas de abrangência e a necessidade de modernizar essencialmente os equipamentos, mas, de facto, a Educação não é feita só de paredes e daí terem o Plano Estratégico Educativo Municipal. Acrescentou que, evidentemente, com o tempo apenas foi apresentada uma síntese dos eixos, mas era impossível pensar que iriam ter um Plano Educativo Municipal que não articulasse com os projetos educativos das escolas, dos Agrupamentos, que não envolvesse toda a comunidade educativa, e se repararem na última página do Volume II está enunciado como exemplo todos os parceiros que vão ser chamados e são necessários para este projeto estratégico, nomeadamente, escolas, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associações de Estudantes, Centros de Formação de Professores, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Segurança Social, Forças de Segurança, Universidade Sénior, Universidades Sénior de outros territórios, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, Associações Ambientalistas, Santa Casa da Misericórdia, IPSS com intervenção na área

da Saúde, Social e Animação, empresas parceiras, Associações de Voluntários, Instituto Politécnico de Leiria - Polo de Peniche, entidades formadoras de Cenfim e For-Mar, EPAV - Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, outras entidades formadoras e museus e equipamentos culturais, portanto, é impossível pensar no conceito e naquilo que querem para o projeto educativo municipal colocando de parte qualquer entidade, instituição ou movimento.

Valorizam muito a participação na rede mundial, internacional e nacional, que é a Rede das Cidades Educadoras, e a Divisão de Educação em articulação com os Agrupamentos tem alguns projetos e muitos deles que irão desenvolver-se no futuro. Proximamente terão o exemplo do que é a missão de educar toda a comunidade ao longo da vida numa perspetiva de aprender em qualquer espaço, nomeadamente relacionado com este projeto educativo municipal, utilizando o território como recurso educativo e, neste sentido, em preparação o roteiro dos recursos educativos, pois entendem que têm um território que é um currículo a céu aberto para se aprender, não só no nosso espaço, seja ambiente, seja cultural, seja património, mas também com as entidades económicas e indústrias, enfim, todos os espaços existentes para potenciar a aprendizagem de diversos públicos na nossa comunidade e brevemente isso estará de forma mais visível. Disse, ainda, que terão brevemente o Festival das Reservas da Biosfera onde vai ser possível ver todo um conjunto de programa que envolve associações, escolas, cultura e vai ser perceptível que é esse o conceito de projeto Educativo Comunitário Municipal.

O ensino profissional não está desvalorizado, está bastante ativo e bastante valorizado. Indicou que a Escola Secundária de Peniche, nos dois últimos anos, está a contrariar a estatística que foi apresentada no diagnóstico, devido à oferta e à procura de cursos profissionais. Informou que a Escola Secundária de Peniche teve, recentemente, uma excelente notícia com a aprovação de duas candidaturas, os Centros Tecnológicos Especializados, diretamente vocacionados para o ensino profissional em duas áreas fundamentais, na área do digital e na área da informática. Adiantou que isto significa que nos doze municípios que integram a região da OesteCIM, foram aceites quatro Centros Tecnológicos Especializados e dois deles vieram para Peniche. Expressou que teriam de referenciar o que é o ensino profissional da rede pública do Ministério da Educação dentro da escolaridade obrigatória da qual se enquadra os cursos da Escola Secundária de Peniche e da EPAV - Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, ao contrário do Cenfim ou do For-Mar que são cursos que abarcam apenas a escolaridade obrigatória, mas que são regulados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, e atualmente existem alunos que, por opção, prosseguem os seus estudos nestes centros, e este projeto Educativo Estratégico Municipal prevê a articulação entre as várias instituições de ensino.

Referiu que há uma comissão que foi criada no âmbito do Concelho Municipal de Educação, denominada Comissão de Proximidade, que todos os meses reúne com todas as Direções dos Agrupamentos de Escolas e da Escola Secundária de Peniche, têm sido reuniões muito profícuas, onde todos os diretores que, até há pouco tempo, raramente se encontravam para falar dos seus projetos, da vida em cada Agrupamento e Escola Secundária. Afirmou que estes encontros são bastante importantes, porque estão a criar as bases para que haja cada vez mais projetos em comum, que se articulem uns com os outros, e é neste sentido que vai também o projeto Estratégico para a Educação.

Susana Esperança (GCEPP):

Disse que:

Durante algum tempo, enquanto era aluna e quando iniciou a profissão, havia algum distanciamento entre aquilo que era a Educação dentro da escola e o que era o permitido no contributo ao nível da Câmara Municipal, com o avançar do tempo, e fez parte daqueles órgãos e da mudança que foram tendo, as Câmaras foram convidadas a fazer estabelecer alguma parceira naquilo que é o modelo de escola.

Todos podem falar de Educação, mas têm de falar de Educação dentro daquilo que são os conhecimentos de cada um, pois tem uma realidade como encarregada de educação, tem outra como professora, outra como cidadã desta comunidade e outra como profissional do concelho vizinho, e tem uma opinião muito significativa daquilo que é a diferença e, na sua opinião, todos podem falar, mas todos se devem respeitar naquilo que são os seus conhecimentos, ou seja, o espaço da Câmara é muito mais do que aquele que era há um tempo atrás e há alguma dificuldade em gerir os limites, e as comunidades, tanto a comunidade escolar como a comunidade como cidadãos, também lhes cria alguns travões. Referiu que, neste momento, estão a passar por um processo de grande mudança, as Câmaras Municipais sentiram a delegação de competências sem grande esclarecimento daquilo que seriam os caminhos que deveriam seguir, o que estaria certo ou errado, e as escolas sentiram essa imposição, sem limites e sem as questões estarem devidamente delineadas e com isto não sabe muito bem se o futuro será promissor ou não. Adiantou que a Carta Educativa é um documento válido, tem o seu valor no papel e passa a ter o valor quando, em comunidade, é aceite e é possível de implementar, ou seja, todos devem estar de braços dados, Câmara Municipal, Escolas, comunidade, encarregados de educação e os alunos têm de sentir que estão todos a trabalhar para eles, pois na educação não pode haver política nem partidos, não pode haver louros ou valores, a educação impõe-se a isto tudo e, na sua opinião, aquilo que se deve pensar é que delegação de competências é que se tem, quais as mais-valias para as escolas e acreditar que o Plano Estratégico Educativo Municipal vai ser uma mais-valia para todos.

Conseguiram, naquilo que é o Plano Estratégico Educativo Municipal, fazer um ótimo trabalho com alunos e professores, sem estar pendentes da mudança de um espaço físico, melhoria de um estabelecimentos ou uns milhões que vêm da União Europeia, e aquilo que pretende é que o Plano Estratégico Educativo Municipal inicie já, ou seja, não precisam de nada, apenas necessitam que haja uma iniciativa e que todos sejam convidados a participar, a intervir e a desenvolver projetos em parceria, porque de forma individual estão sempre a ser feitos, ou seja, a Câmara promove as suas iniciativas e as escolas fazem trabalhos maravilhosos com as suas iniciativas, mas o que está em discussão é de que forma isto pode modificar a comunidade fazendo-se sentir na população em Peniche. Perguntou de que forma estão a ser delineadas as estratégias.

Pretendia saber se, dentro do Plano Estratégico Educativo Municipal, foi feita alguma promoção do nosso espólio geológico e biológico, pois gostava que isso fosse legislado e que houvesse uma intervenção ao nível de guia turístico, gostava que Peniche ficasse geologicamente conhecido para além das ondas do surf, porque, na sua opinião, este pacote tem de estar contemplado.

Por último, ficou esclarecida relativamente ao Cenfim e ao For-Mar. Referiu que nas escolas existe muita dificuldade na implementação dos cursos profissionais, e quando se faz uma candidatura de um curso profissional são criados imensos problemas relativamente à empregabilidade, ao domínio concelhio, aos cursos profissionais envolventes, de que forma tem, se é de nível 1, 2 e 3, etc., e houve uma proposta de

alargamento de oferta do ensino profissional que lhe interessou bastante, mas não entendeu de que forma é que a Câmara Municipal iria conseguir tornar isso exequível.

Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

Solicitar a uma Junta de Freguesia que dê contributos para uma consulta pública é desvalorizar completamente a Freguesia de Atouguia da Baleia, na sua opinião, deve ter outros moldes para dar contributos para a Carta Educativa sem ser numa consulta pública, não desprezando a mesma.

Em relação ao Centro Escolar de Atouguia da Baleia, a senhora Vereadora Ana Batalha referiu que mais tarde ou mais cedo o centro escolar seria apenas para as crianças da vila de Atouguia da Baleia. Perguntou onde seriam colocadas as crianças dos Casais Brancos, Casais Mestre Mendo, Reinaldes e Coimbrã.

A escola de acolhimento das crianças de Ribafria, de Bolhos e de toda a comunidade dos baixios, que engloba o Paço, Carnide e Carqueja, foi a Bufarda, agora será Geraldês? Disse não ter nada contra o Centro Escolar de Geraldês, pelo contrário, na outra Carta Educativa existia o núcleo escolar em Geraldês. Recordou que, em relação ao Centro Escolar de Atouguia da Baleia, lutou muito para que o centro escolar fosse uma realidade, porque, na altura, era para ter seis salas, na antiga Carta Educativa estava com doze salas, e era o que deveria ter sido feito, no entanto, tem oito salas, e vê-se claramente que são insuficientes.

Na sua intervenção de há pouco perguntou, em termos de Centro Escolar de Geraldês, quais eram os terrenos e não foi respondido.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

A Carta Educativa lhe parece um documento completo e, simultaneamente, ambicioso em termos daquilo que é a recuperação do edificado e novo edificado para a área da educação no concelho de Peniche.

Ficou satisfeito com as respostas dadas pela senhora Vereadora Ana Batalha, foram claras, de alguém que conhece muito bem a educação do concelho de Peniche, e está confiante que esta revisão da Carta Educativa terá um bom caminho.

Será essencial aplicar a estratégia que consta na Carta Educativa, até porque a educação é o único caminho para fazer a viragem no concelho, de famílias que estão num ciclo vicioso que passa de avós, pais e filhos sempre na mesma condição social.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Iria começar por repetir o que referiu numa Assembleia Municipal, que decorreu o ano passado em Atouguia da Baleia, relativamente a uma questão que lhe parece relevante e que tem que ver com o facto de num espaço curto de tempo, no atual mandato, o trabalho que está entregue à senhora Vereadora da Educação tenha sido frutuoso, na medida em que foi um trabalho que surtiu efeitos que considera rápidos, porque ainda não chegaram à primeira metade do mandato e já se apresenta muito trabalho feito, uma vez que viram num mandato que o Concelho Municipal da Educação reuniu apenas uma vez, portanto, há uma diferença que parece de relevar.

Relativamente às questões de Educação, o senhor Deputado Henrique Estrelinha referiu o era mais importante, é o principal motor de desenvolvimento de qualquer sociedade e crê que esta deve ser a aposta primordial de qualquer Governo, entidade governativa, seja ela qual for.

Em relação à Freguesia de Ferrel, os dados estão desatualizados, porque esteve na escola primária, por ocasião do Galardão das Eco Escolas, e uma das coisas que a coordenadora comentou foi que no próximo ano letivo terão mais uma turma, atualmente têm 112 alunos, e todos os espaços dos edifícios da escola primária de Ferrel estão utilizados, o que significa que havendo mais uma turma, e sem o alargamento que está previsto para 2027 ou 2029, que quer um ano quer outro lhe parece demasiado tarde, os alunos vão perder algumas valências. Indicou que, desde de 2015, existe uma sala do futuro, um investimento da Junta de Freguesia de Ferrel que chegou perto de 22 mil euros em tecnologia de ponta que, provavelmente, não terá uma utilização recorrente por parte dos alunos se a sala tiver de ser ocupada a tempo inteiro por uma turma. Referiu que todas as outras salas do edifício têm utilização, porque têm a biblioteca noutro edifício, e nesse mesmo edifício decorre diariamente e durante todo o ano letivo os serviços de Atividades de Tempos Livres da Freguesia de Ferrel. Recordou que há um conjunto significativo de alunos que às 07h45 da manhã já lá estão e quando terminam as aulas ficam até as 19h00 da tarde, porque os pais têm horários complicados, e uma freguesia tem muita gente empregada no primeiro setor económico, na agricultura, e os horários são extensos, ou seja, este é um serviço essencial para as famílias.

Quanto à questão do parque escolar e respondendo à senhora Catarina Jorge, este é um documento de planeamento estratégico com uma aplicação alargada e, pessoalmente, é apologista de planeamento, no curto, médio ou longo prazo, é essencial no processo da implementação das políticas públicas, mas crê que neste diagnóstico tinham de ter em linha de conta as necessidades atuais, relevando a questão do esborrego, mas existem outras e, no caso concreto, olhando para a lista do edificado das escolas primárias do concelho de Peniche há um pátio que não é digno, porque não tem um único equipamento infantil e esse pátio é num dos edifícios em Ferrel que está em más condições. Para se perceber a explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara à senhora Catarina Jorge, referiu que a Câmara Municipal não consegue efetivamente chegar a todo lado e os recursos financeiros são finitos, daí ser importante delegar nas freguesias, principalmente nas rurais, porque a cidade é um caso diferente, estas tarefas e chegar mais perto, porque qualquer freguesia gasta melhor o dinheiro e gasta menos para fazer mais do que a Câmara Municipal, mormente neste tipo de tarefas. Indicou, como exemplo, que aquele pátio teve um pedido efetuado pela freguesia em outubro de 2020, que ainda hoje não obteve resposta, voltou a ser feito um pedido em julho de 2022 em que solicitaram os materiais para fazer o trabalho da Câmara Municipal e não houve resposta. Expressou que este assunto foi falado numa Assembleia Municipal e quando se falou no pátio das escolas primárias foi dada uma resposta diferente à Comissão de Festas de Ferrel, que ainda não conseguiu confirmar, mas isto foi apenas para dizer que é importante que no dia a dia, cada vez mais, seja dado o devido valor e seja valorizado o papel que as freguesias podem ter no dia a dia das escolas, porque, como foi já referido por profissionais da educação, o ambiente com que os alunos se deparam e os próprios professores, funcionários e comunidade educativa é determinante para o sucesso escolar.

Presidente da Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Agradeceu à equipa da empresa Quaternaire Portugal pelo trabalho desenvolvido, assim como ao Vereador Mark Ministro, Vereador da Educação no mandato anterior, a toda a equipa da Educação da Câmara Municipal, especialmente à Vereadora Ana Batalha pelas explicações que deu, e a todos os professores.

Disse que gostava que as crianças ou os adolescentes fossem vistos como um ser absoluto e, eventualmente, acabar com os méritos de quadro de honra, porque há outras honras sem ser notas.

Vereadora Ana Batalha (PS):

Disse que:

Em relação àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia referiu, realmente quando referiu que o centro escolar seria para os alunos da vila, não foi correta, seria para os alunos da área de abrangência do centro escolar para o qual foi contruído, que inclui, Coimbrã, Casais Brancos e Reinaldes, mas mesmo assim hoje está lotado, não devido aos alunos que vêm da área de abrangência do centro escolar, mas porque está a acolher muitos alunos que vêm das outras freguesias. Reforçou que, realmente, não é necessário um Centro Escolar da Atouguia da Baleia nem seria prioritário porque não é neste momento uma necessidade que se vá prolongar no tempo, ou seja, quando forem dando resposta a estas reabilitações e intervenções que faz parte da Carta Educativa vai libertar o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, e isso está no estudo que foi feito, e foi uma preocupação que tiveram, porque não querem escolas sobrelotadas.

Realmente é uma carta ambiciosa, e ainda bem, pois nesta área têm mesmo de ser ambiciosos, a escola hoje é um elemento determinante é um elevador social, é uma instituição que quebra com ciclos de pobreza e a intervenção junto de territórios com carências e com problemas sociais, como é o nosso, ainda torna mais emergente esta intervenção de escolas com qualidade. Referiu que é sempre importante reforçar que hoje o trabalho de um professor perante condições menos adequadas, face aos resultados e ao que se consegue com o trabalho e projetos desenvolvidos com os alunos e com o empenho para que possam ter aprendizagens significativas, faz toda a diferença, e nunca esquecer que os equipamentos são importantes, os edifícios são importantes, mas quem continua a fazer toda a diferença são os professores, e é muito importante fazer referência, porque, de facto, os espaços, as organizações são aquilo que as pessoas que fazem parte delas conseguem.

O concelho de Peniche em termos de trabalho pedagógico, de qualidade pedagógica e de qualidade de projetos que neste plano estratégico querem que sejam cada vez mais divulgados e partilhados para que a comunidade educativa, pais e encarregados de educação e toda a comunidade percebam e conheçam o que é hoje uma escola e o que se faz dentro de uma escola, porque muitas vezes falha e não vai para o exterior, mas têm muitos projetos e muito trabalho extraordinário de âmbito internacional.

Felicitou um projeto que leva e promove o nosso território, que trouxe e levou alunos para outros países, à semelhança de outros agrupamentos que já se internacionalizaram e já passou a ser comum ter projetos internacionais.

De facto, têm uma educação de qualidade e imaginem associar a isto escolas, todas elas, com condições dignas. Para dar resposta à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, em relação às Atividade de Tempos Livres e aos

apoios à família, é uma obrigação do município e para responder a uma escola a tempo inteiro há crianças que entram, muitas delas, às 08h e saem às 19h em salas sem espaços polivalentes, em escolas sem condições, e é precisamente para dar resposta e para obter o apoio à família e uma escola a tempo inteiro, em condições que hoje não temos, que tem de se ser ambiciosos nesta Carta Educativa.

Em relação à forma como vai ser operacionalizado o Plano Estratégico Educativo, têm um conjunto de atividades para operacionalizar cada eixo e já está em desenvolvimento. Deu conta que foi solicitado aos Agrupamentos, e em julho, após o final da atividade letiva, haverá um evento que passará a ser anual, as jornadas pedagógicas de partilha, em que os Agrupamentos e a Escola Secundária de Peniche vão ter um momento de vários dias em que haverá atividades de partilha, atividades formativas e vai fazer, com certeza, a diferença, porque à semelhança do que foi feito no início deste ano letivo, na receção aos professores, no momento de partilha, o feedback foi muito positivo, os professores dos vários Agrupamentos conheceram projetos de outras escolas e foi um momento de partilha muito importante e vai ter continuidade. No eixo da qualificação dos adultos e da aprendizagem ao longo da vida, acrescentou que teriam muitas atividades, terão um conjunto de projetos muito interessantes e estão a ser preparadas algumas ações com os pais, levar os pais à escola e ter formação em várias áreas, em articulação com outros projetos que estão no terreno, como o “Laços” da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e com outros parceiros, e de uma forma integrada estão a trabalhar em conjunto para dar resposta e para poder abrir caminho para que se torne uma realidade, que não sejam apenas atividades pontuais, mas que passem a ser projetos contínuos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Nas várias vezes que foi ao Centro Escolar de Atouguia da Baleia, antes de ser inaugurado, principalmente no dia da inauguração teve a sensação de que só os meninos que iam para ali é que tinham acesso àquelas excecionais condições, mesmo que alguns daqueles aspetos não estivessem devidamente ajustados às realidades, pois tudo sofre evoluções diárias e constantes e todos têm de se adaptar. Referiu que quando estão a projetar e não têm a devida ajuda ou o devido conhecimento ou não ouvem o suficiente, por vezes pode dar asneira.

A escola tem doze salas, foi um processo muito conturbado que levou anos, por várias razões, inclusive, em determinado momento, nem era aquele o local, era para ser na escola ao lado. Admitiu que quando se estava a defender a construção daquele centro escolar, se eram mais salas ou menos salas, grande parte das pequenas povoações reagiam mal em relação à concentração do Centro Escolar de Atouguia da Baleia. Expressou que, hoje, o que sente, e não vai muito às escolas, é que existe um sentimento diferente dos pais e dos professores, até porque não é a mesma coisa andar numa escola centenária, mesmo ajustada e com as obras todas. Quando defende uma intervenção na escola da Prageira é só para ficar as paredes, é para mudar a escola completamente, e a Câmara Municipal tem um estudo gratuito, de há uns anos, que não evidenciaram por não acharem justo, sem estas decisões, porém, neste momento, existem decisões. Indicou que todos devem ter opinião, no entanto, continuará a defender um Centro Escolar em Geraldês ou nos arredores. Acrescentou que irão ajustar-se a uma nova realidade e vão ver se concretizam o novo projeto, seja dentro ou fora de Geraldês, o centro educativo

será defendido.

A diferença, em termos de futuro, primeiro que tudo é ter projetos, e um projeto é muito caro, o projeto desta escola se for dentro dos valores normais do mercado custará entre cinco e dez por cento do total da obra, e arriscou dizer que, pela ambição da escola e pelos valores de mercado, a candidatura que vão apresentar rondará entre os cinco e os seis milhões de euros, se for os cinco milhões para fazer o projeto, e o projeto não está a ser participado antecipadamente logo terão de arranjar duzentos e cinquenta mil euros, se quiserem fazer dois ou três projetos nesta e noutras áreas que estão a intervir, nomeadamente na habitação social e na zona industrial, vejam quanto será necessário.

Esta escola está decidida e não vão esperar pela decisão para trabalhar nos projetos seguintes, e como a senhora Vereadora Ana Batalha referiu pediu-se à escola de Atouguia da Baleia para começar a trabalhar no programa, e é um risco esta forma democrática de trabalhar, porque a ambição natural e o desejo natural é que quem trabalhe nas escolas tenha boas escolas, e vão aproveitar a oportunidade para o fazer. Referiu que inicialmente tinham de ajustar o pavilhão, o parque infantil e a ampliação de algumas escolas, hoje não, o projeto é uma ampliação e uma revolução, fica como se fosse uma escola nova, e ainda bem, o problema é o espaço, pois enquanto podem projetar uma escola noutra zona qualquer com um espaço, e esta é a preocupação na Escola da Prageira que está na lista mais atrás, como é que vão ajustar, como é que as crianças vão estar na escola enquanto se faz as obras, mas isso será resolvido, o maior é o financeiro.

A candidatura para esta escola será apresentada através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e não sabem se será aprovada, nem quantos projetos vão aparecer até ao dia 28 de abril, mas têm o projeto de execução que é diferente de uma intenção, é diferente de apresentarem uma candidatura de intenção, e estão a lutar para que no PRR, seja contemplada nessa lista a Escola de Atouguia da Baleia, que não é tão exigente com a obra da Escola de Peniche, mas tem uma requalificação do pavilhão, uma ampliação, um reajustamento e um reordenamento natural da escola que está sobrelotada. Acrescentou que os outros projetos teriam de analisar e ver se consideram ou não prioritário, e neste momento está em cima da mesa na OesteCIM, dos doze Presidentes de Câmara, o início da discussão das verbas que caberão a cada concelho no Quadro Comunitário 20-30.

A Câmara Municipal prevê um evento importante no concelho de Peniche, no final do ano, e através desse evento vão apresentar várias ideias. Referiu que, em termos de formação e de estratégia do concelho, para além do que já foi dito, há um conjunto de coisas, nomeadamente aquilo que são as entidades que dão formação profissional, onde estão a falhar e não é de agora, é de há muitos anos, que tem que ver com o facto de a estrutura empresarial, as escolas, o Município e outras instituições estarem disponíveis para partilhar, partilhar aquilo que são pensamentos das suas estratégias individuais, mas também o que se quer como concelho, que economia querem, pois hoje fala-se muito na economia do mar, mas é o todo, somos um território demasiado pequeno para não estarem unidos. Adiantou que não há instituições, lideranças fortes neste capítulo, mas têm de decidir o que querem para o concelho no futuro, naquilo que é permitido em termos de conhecimento e do que se pode perspetivar a curto, médio ou longo prazo que é sempre um risco. Disse, ainda, que não era apenas o Cenfim e o For-Mar, nem a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, tinha de ser o todo para perceberem desde o princípio onde devem trabalhar entre as escolas, e o passo que foi dado em termos de comunicação, de partilha mensal, foi um bom sinal, foi importante e é preciso que

continue.

Não desejaram a descentralização de competências, entenderam que deveriam aceitar a descentralização de competências sem grande preparação, porque mais valia mais cedo do que mais tarde, até por causa dos calendários eleitorais que seria um risco ainda maior. Comunicou que as coisas não correram bem, mas tem sido feito um grande trabalho desde o momento em que aceitaram até agora, e ainda se estão a ajustar, particularmente pela penalização financeira, pois há um défice por duas razões, uma porque a descentralização foi mal feita e o dinheiro não é suficiente, outra é por opção, porque se os pais têm a possibilidade de ir buscar os filhos à escola mais tarde, o problema é dos horários e de outras iniciativas que são pagas pelo orçamento da Câmara e é um investimento da Câmara. Adiantou que o montante das Atividade de Tempos Livres vem uma parte, não vem todo, e há um conjunto de despesas, nomeadamente em termos de trabalhadores, que ainda estão a ajustar, mas o problema é saberem que conseguem controlar devidamente todo o processo de gestão, e que haja equilíbrio, bom senso entre toda a estrutura, porque só assim é que isto funciona bem, no fundo, têm de criar uma gestão que seja partilhada, mas que dê tranquilidade. Não é a municipalização que procuram, e quando começou a luta dos professores surpreendeu-o esta questão e a forma de como foi utilizada.

Respondendo ao senhor Deputado José Monteiro em relação à Escola Secundária de Peniche, dependeria da oportunidade que tiverem, e se tiverem a oportunidade de fazer uma pequena ou grande revolução naquela escola terão de a fazer, até porque aquela escola já tem 60 anos e está imprópria nalguns aspetos, agora, têm de a reajustar, mas com as candidaturas há um grande investimento, e logicamente não faz sentido fazer esse investimento e depois mexer novamente nas salas que vão ser completamente renovadas e apetrechadas, e isso é uma questão de planeamento. Referiu que se lhe perguntassem se seria aquele o pavilhão, diria que aquilo não é um pavilhão, é um espaço pequeno, e não se poderiam esquecer que somos um concelho com muitas insuficiências, não há um pavilhão municipal, o pavilhão municipal hoje é a D. Luís de Ataíde e isso deveriam envergonhá-los, porque não tiveram capacidade como concelho de ultrapassar esta questão, assim como não tiveram capacidade para ter uma sala de espetáculos como Peniche merece, como não têm um Paços do Concelho como merecem, e este são apenas alguns aspetos na vida, mas têm de confrontar-se com ela e não vão desistir, vão é dizer como lhes disse a equipa da Quaternaire que trabalhou a Carta Educativa, porque a proposta não era esta, em termos d equipamento escolar, e a empresa disse-lhes que estavam a ser muito ambiciosos, e aquilo que têm de fazer é ir para além das probabilidades, têm de ter uma visão que alguns podem não acreditar, e podem até não concretizar, mas têm de pelo menos sonhar e desejar aquilo que têm direito, e só assim mudarão o concelho, independentemente de quem estiver nestas funções.

Não poderia deixar passar ao lado uma coisa que para si é evidente, nem é a questão do investimento, nem outras questões, horroriza-o ter a Escola do Filtro, no mínimo por razões de segurança, pois, na sua opinião, aquilo já não é escola, no entanto, respeita opiniões contrárias. Indicou que já foi acusado várias vezes de especulador imobiliário, e há pouco alguém disse que deveriam preservar a Escola n.º 1, e isso para si é lógico, seria um crime de lés a pátria, mas têm de perceber, depois do que têm de fazer às escolas o vão conseguir fazer a esta escola e não é difícil aproveitá-la, contudo, com falta de recursos, com a necessidade de investimento, será que haverá coragem para vender o terreno da Escola n.º 3, da Escola n.º 5 ou da Escola do Filtro? Referiu que não

poderiam continuar a fazer política para evitar conflitos e não assumir aquilo que é uma realidade. Admitiu que a Câmara Municipal tem muita falta de dinheiro e tem necessidade de investir e o que procura fazer é abrir caminho. Não podem continuar com uma política de desgaste permanente uns com os outros, porque essa é a razão do atraso, e não terem aproveitado os projetos e os fundos comunitários como deviam, e não é de doze anos da Coligação Unitária Democrática, é de trinta anos, isto sempre aconteceu, é como nos Governos, é um desgaste, um ataque, parece que o país todo deseja que isto caia e esteja tudo mal e isso não ajuda as cidades, nem os ajuda.

Em relação ao Plano Estratégico Educativo, é ambicioso, mas este é o princípio, e como foi dito pela senhora Vereadora Ana Batalha tem de esta sempre renovado e a ser construído, contudo, não se poderiam iludir, pois é um plano interessante, importante e adequado àquilo que tem sido a discussão até hoje, mas em termos de futuro têm de ir mais além, nomeadamente na componente de obrigarem as empresas a discutir com a Câmara Municipal, e se não for as escolas será o executivo municipal, renovando ou colocando a funcionar um Conselho Municipal da Economia, e os empresários que não queiram, não há problema, mas não vão deixar de dizer que precisam de profissionais em determinada área e querem bons profissionais, pois têm o direito de dizer ao Diretor da escola que a formação que se está a dar e o número de alunos que estão a formar em algumas áreas não serão um exagero em relação ao concelho, senão estão a formar pessoas que não têm lugar aqui e terão de ir para outro lado, por isso há necessidade de ajustar isto tudo, na formação superior e tudo o que seja. O caminho faz-se caminhando.

Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que a equipa que elaborou a Carta Educativa referiu que existem terrenos do Município para a construção do Centro Escolar de Geraldês. Relembrou que questionou três vezes onde se situam os terrenos e não obteve resposta.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que há um terreno municipal junto do Jardim Infantil de Geraldês, e na discussão da Carta Educativa foi dito que exista um terreno que era bom para o que se estava a defender, o centro educativo da zona sul do concelho e, na altura, sem saber que o terreno era do município, pois ainda se está a referenciar o património, e ninguém disse que houve uma deliberação referente a um protocolo com o Centro de Geraldês para construir um centro de dia. Referiu que não houve desenvolvimento do projeto o processo ficou parado alguns anos, e depois desta questão estar contemplada e de ser conhecida o Centro Social apresentou as especialidades que deveria ter entregue ou referido há anos, mas neste momento é um processo tranquilo e será presente em reunião de Câmara para a renovação da cedência do terreno, e espera que concluam o projeto e que conseguiram o financiamento.

Adiantou que a proposta do Centro Escolar de Geraldês que está referenciada na Carta Educativa para executar é ajustada às oportunidades de financiamento, de participação, hoje pode ser um, amanhã poderá aparecer uma oportunidade para fazer a Escola D. Luís de Ataíde que está em quinto, ou para a Escola Secundária de Peniche e a Câmara Municipal ajustará os processos em relação a isso.

Iriam encontrar naquelas proximidades uma solução para propor o próximo centro escolar, e poderia dizer que é legítimo retirar a decisão de cedência, mesmo já

tendo reunido com o Centro Social e já se ter comprometido, e perguntar à população de Geraldês se quer o lar ou o centro escolar. Acrescentou que a questão está a andar e já foi assumido com a direção qual era o caminho e se conseguirem o financiamento é para o Centro Social e Lar de Geraldês, é isso que está garantido.

Irão encontrar uma solução para construir o Centro Escolar de Geraldês assim que tiverem a oportunidade.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Agradeceu as intervenções do público, dos senhores Deputados e, também, às consultoras da Quarternaire pelas intervenções e pelo trabalho realizado.

B) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.

A Assembleia Municipal passou à apreciação do ponto B) não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 11/2023: Submetida a proposta (n.º 21/2023) a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (6), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (1) e pelo Chega (1), e três (3) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (2) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1), aprovar a Carta Educativa do Município de Peniche.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata, informou que iria apresentar declaração de voto sobre este assunto.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 12/2023: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e trinta e oito minutos do dia vinte e cinco de março, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão extraordinária do mês de março, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de junho de 2023, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
